

**Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da
medicalização da educação**

*Power, learning and pedagogical practice: some considerations about the medicalization of
education*

Rafael Christofolletti
Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Porto Velho- Rondônia - Brasil
César Donizetti Pereira Leite
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP
Rio Claro - São Paulo - Brasil

Resumo

A medicalização tem se apresentado de maneira cada mais presente na sociedade atual. O crescimento vertiginoso no uso de medicamentos é apenas um dos elementos característicos desse processo que transforma questões de ordem social, política e cultural em questões médicas. O presente artigo apresenta algumas problematizações acerca da educação, aprendizagem e prática pedagógica de maneira a contribuir para o debate da medicalização na educação. Para tal, a partir de pesquisa bibliográfica, utilizaremos aportes teóricos de Michel Foucault, sobretudo, de investigações acerca do poder presentes em “Vigiar e Punir” e “O poder psiquiátrico”.

Palavras-chave: Educação; Medicalização; Foucault.

Abstract

Medicalization has become more and more present in today's society. The vertiginous growth in the use of medicines is just one of the elements involved in the transformation process of social, political and cultural issues into medical issues. This article raises discussions about education, learning methods and pedagogical practices seeking to contribute to the debate of medicalization in education. In this scenario, from a bibliographic search, we used Foucault's theoretical contributions on investigations about the power seen in “Discipline and Punish” and “Psychiatric Power”.

Key-words: Education; Medicalization; Foucault.

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

Introdução

A medicalização tem se apresentado de maneira cada mais presente na sociedade atual. O crescimento vertiginoso no uso de medicamentos é apenas um dos elementos característicos desse processo que transforma questões de ordem social, política e cultural em questões médicas (e individuais).

Na Educação, sua difusão atinge a problemática da aprendizagem e do comportamento infantil. Por trás de doenças do não aprender e não se comportar, muitas vezes, reduz-se questões educacionais a uma suposta patologia do indivíduo. Queixas escolares são frequentemente tratadas como distúrbios e transtornos por médicos, professores, psicólogos, pais, etc. Financiados pela indústria farmacêutica, profissionais, sites e blogs de associações e institutos divulgam patologias com o intuito de contribuir para sua suposta identificação pelo público em geral. Pesquisas em neurologia sobre o funcionamento cerebral (sobre funções de neurotransmissores, novas conquistas em mapeamento genético, entre outros) são frequentemente apresentadas como explicações unívocas de comportamentos, sensações e sofrimentos humanos. Por vezes, a medicina trata o que é da ordem do humano exclusivamente sob o prisma de suas bases neurofisiológicas e determinantes genéticos.

Tem sido recorrente no cotidiano escolar secundarizar questões pedagógicas colocando-as como responsáveis pelo fracasso escolar e determinado comportamento tido como inadequado.

Em “Childhood and education: between medicalization and subjectivation processes in school” apresentamos um recorte do processo de patologização da criança. A Psicologia do Desenvolvimento, ao partir da ideia de um tempo cronológico, esquadrinha as formas de vida das crianças e orienta as práticas educativas. Há um alisamento das diferenças e uma homogeneização na compreensão do que é o aprender e de como a criança deve se comportar.

Este artigo pretende trazer outros elementos para se pensar a medicalização na educação, no caso, acerca da aprendizagem e da prática pedagógica ainda a partir de Michel Foucault – desenvolvidos parcialmente em pesquisa bibliográfica de doutorado. Dessa maneira, o texto apresenta algumas problematizações acerca da analítica do poder, da

educação, aprendizagem e prática pedagógica de maneira a contribuir para o debate da medicalização na educação.

Michel Foucault e o poder

Michel Foucault (1926-84), filósofo e licenciado em psicologia é considerado um dos principais pensadores do século XX. Ao se debruçar pelas mais diferentes áreas procurou mapear as bases conceituais de algumas importantes práticas para a compreensão da Modernidade.

Ainda em 1954 publicou uma de suas primeiras obras, com o título *Doença mental e Psicologia*, na qual faz críticas à Psicologia. Considerava que os métodos dessa ciência não eram condizentes com a realidade cultural em que o indivíduo se encontrava inserido, ressaltando os próprios limites dessa ciência, por se acreditar capaz de possibilitar ao homem se conhecer.

Há uma boa razão para que a psicologia não possa jamais dominar a loucura; é que ela só foi possível no nosso mundo uma vez a loucura dominada e já excluída do drama. E quando, através de clarões e gritos, ela reaparece como em Nerval ou Artaud, em Nietzsche ou Rossel, é a psicologia que se cala e permanece sem palavras diante desta linguagem que toma o sentido das suas palavras desta dilaceração trágica e desta liberdade de que somente a existência dos “psicólogos” sanciona para o homem contemporâneo o pesado esquecimento. (FOUCAULT, 1975, p. 69)

Na ocasião, o autor também critica os equívocos da medicina, que concebe à doença mental causas concernentes estritamente ao sujeito doente e a sua história individual: a concepção de doença mental como desvio de saúde e desvio da norma. Para ele, a doença mental deveria ser compreendida como produto das interações e das condições da vida social, da trajetória do indivíduo e da sua estrutura psíquica.

Anos depois (em 1961), Foucault publicaria o que é considerado um de seus trabalhos mais clássicos, e que é referência até hoje para o campo da saúde mental e das ciências humanas: *História da loucura na Idade Clássica* (2008a). Nele, analisa as diferentes formas de percepção da loucura desde o período do Renascimento até a Modernidade. Ao transitar por campos da história, política, filosofia e medicina, o autor investiga como a loucura ao longo dos últimos séculos adquire uma dimensão patológica. Sua crítica versa justamente sobre a crença na experiência da loucura como doença mental como algo natural, que sempre existiu na história da humanidade.

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

A loucura, na verdade, é um fenômeno que a medicina demora a se apropriar. Pois que antes de a loucura ser dominada, por volta do século XVII, antes que se ressuscitem, em seu favor, velhos ritos, ela tinha sido ligada, obstinadamente, a todas as experiências maiores da Renascença. (FOUCAULT, 2008a, p. 8)

A criação do Hospital Geral na França, assim como das primeiras casas de correção na Alemanha e na Inglaterra, por exemplo, não respondia a uma demanda por internação a doentes mentais. Sua origem se remete à lepra, no fim da Idade Média; apenas posteriormente, com o fim das Cruzadas, é que se abriu a possibilidade de outra função para essas casas. Tais instituições serviam como lugar de internação para doentes venéreos, devassos, dissipadores, homossexuais, blasfemadores, alquimistas, libertinos.... Ou seja, não surgiram com essa finalidade prévia de cuidado aos loucos. Pelo contrário, tais instituições não possuíam sequer um status médico, mas uma ligação muito forte com toda a questão moral e policial. A necessidade de internação era uma atividade que cabia apenas aos juízes de sentença de tribunal (Inglaterra) ou a um tenente de polícia (França).

Posteriormente, após ter se dedicado a outras questões, Foucault volta à temática da psiquiatria sob outro prisma. Enquanto professor no Collège de France, ministrou entre novembro de 1973 e fevereiro de 1974 o curso “O poder psiquiátrico”. Procurou lembrar sua principal preocupação então e problematizar a relação dos saberes na constituição dos conceitos de loucura e apresentou duas importantes autocríticas: a princípio, por acreditar ter restringido seus estudos a uma análise das imagens (representações) que se tinha da loucura nos séculos XVII e XVIII; a segunda, por ter dado atenção exagerada às noções que segundo ele não permitiram de fato um avanço analítico. São elas: a violência, a instituição e a família.

Seu ponto de partida, agora, não seria mais esse núcleo representativo, mas a questão do poder. Ou seja, o filósofo analisaria em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de enunciados, discursos, assim como todas as formas de representações decorrentes: o dispositivo de poder como instância produtora de prática discursiva. Por isso, o autor se debruçaria na investigação de um determinado arranjo de poder, com táticas e estratégias dando lugar a um jogo de verdades sobre o louco e a loucura.

Para compreender um pouco melhor essa questão do poder, voltemos por um instante às noções apontadas por Foucault. Em relação à violência, ele demonstra grande preocupação quanto a duas possíveis compreensões: a primeira, de que um poder que

aparentemente não seja necessariamente atravessado por uma violência não seja um poder físico (a incidência de todo poder ocorre no corpo); a segunda, quanto ao fato de se pensar que o uso desequilibrado de uma força física não faça parte de um jogo racional, calculado e administrado do próprio poder, pois há uma função estratégica da violência.

Quanto à instituição asilar, geralmente se diz que as formas e dimensões do saber psiquiátrico surgiram a partir da ligação com algumas instituições, como o asilo. Contudo,

O importante, portanto, não são as regularidades institucionais, mas muito mais as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoios, as diferenças de potencial que caracterizam uma forma de poder e que, creio eu, são precisamente constitutivos ao mesmo tempo do indivíduo e da coletividade. (FOUCAULT, 2012, p. 20)

Nesse sentido, o poder atua como um procedimento de individualização e o indivíduo nada mais é que efeito do poder. Por isso, antes de lidarmos com as instituições propriamente ditas, precisamos investigar as relações de força que as atravessam.

Já sobre a questão da família, o autor irá dizer que em seu trabalho anterior procurava mostrar que a violência de Pinel e Esquirol era ter procurado introduzir o modelo familiar na instituição asilar. Para ele, não procede dizer que o médico procurava reativar a imagem do pai no espaço asilar. O problema que se coloca é, na verdade, analisar as relações de poder próprias da prática psiquiátrica, na medida em que são produtoras de uma quantidade de enunciados que se apresentam como legítimos.

[...] em vez de falar em violência, eu preferiria falar de microfísica de poder; em vez de falar de instituição, preferiria procurar ver quais são as táticas que são postas em ação nessas forças que se enfrentam; em vez de falar de modelo familiar ou de “aparelho de Estado”, o que eu gostaria de procurar ver é a estratégia dessas relações de poder e desses enfrentamentos que se desenrolam na prática psiquiátrica. (FOUCAULT, 2012, p. 21)

Ou seja, a partir da década de 1970, Foucault passa a se dedicar com afinco à questão do poder. Em um primeiro momento, suas análises centraram-se no estudo dos mecanismos disciplinares, em como as técnicas disciplinares procuravam disciplinar e controlar a multiplicidade dos homens, de maneira a produzir corpos individuais que deveriam ser vigiados, utilizados e por vezes corrigidos. Ao colocar o poder como central em suas investigações sobre as práticas da modernidade, o autor ressalta sua ação enquanto

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

dispositivo de poder e produtor de enunciados, discursos, verdades e diversas representações.

A partir desse segundo momento, Foucault (1999; 2004; 2006; 2008b; 2012; 2014), em suas investigações, centrou seus estudos nos mecanismos disciplinares (em como determinadas técnicas procuravam disciplinar e controlar a multiplicidade dos homens, de maneira a produzir corpos individuais que deveriam ser vigiados, utilizados e por vezes corrigidos), assim como nas transformações no modo de exercício desse poder: uma nova tecnologia de poder responsável pela gestão da vida que, por meio de um conjunto de práticas estatais, busca exercer o controle sobre os indivíduos e as populações.

Como já mencionado, para efeito do presente artigo, nos deteremos às suas investigações acerca de seus trabalhos acerca do poder disciplinar presentes em “Vigiar e Punir” e, sobretudo, “O poder psiquiátrico”. Isso porque nesse último (curso apresentado no Collège de France) o mesmo apresenta questões inerentes ao campo da educação, algo um tanto raro em sua obra.

Poder disciplinar e as escolas

Foucault (2006) destaca que o corpo em si já havia sido objeto de investimento de poder em diversos momentos da história da humanidade. Contudo, apenas a partir do século XVIII é realizado um trabalho minucioso e ininterrupto no corpo, de maneira a garantir sua eficiência produtiva máxima e a neutralidade de seu potencial político – utilidade e docilidade; uma nova arte do corpo, cujo foco é aumentar suas forças em termos econômicos, ao mesmo tempo em que se as diminui, em termos políticos de obediência. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõem” (FOUCAULT, 2006, p. 119). Ao dissociar o poder do corpo, essa tecnologia de poder fabrica corpos úteis e submissos e se transforma no modo geral de dominação a partir do século XVIII.

Essas técnicas disciplinares respondem ao que Foucault denomina nova microfísica do poder: um determinado modo de investimento político e detalhado do corpo que busca cobrir todo o tecido social, por meio do controle das mínimas partes da vida e do corpo das pessoas – bem diferente do funcionamento do poder soberano até então. O poder disciplinar corresponde a um emaranhado de estratégias, dispositivos e organizações de espaço e tempo que, aplicados a instituições como escolas, hospitais, fábricas, produzem

corpos obedientes e úteis. Por meio de mecanismos disciplinares desarticula-se tudo que venha a contrariar a ordem.

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, antivadiagem, de antiaglomeração. (FOUCAULT, 2006, p. 123)

A punição e a vigilância serão dois dos principais mecanismos utilizados para docilizar e adestrar pessoas sob as normas estabelecidas.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar anda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (FOUCAULT, 2006, p. 143)

É sempre bom lembrar que o poder disciplinar ganha uma dimensão maior na sociedade com o nascimento de uma nova burguesia, no século XVIII. Nesse sentido, invertem-se os princípios de centralidade e da visibilidade do poder tão presentes com o poder soberano. O poder torna-se invisível e presente em todo lugar de forma descentralizada e distribuída. Essa nova modalidade de poder múltipla, relacional, automática e anônima faz crescer e multiplicar aquilo e aqueles que estão a ela submetidos. Por esse motivo se diz que há uma positividade no poder, e não apenas um viés repressor.

Enquanto o poder soberano efetua um acoplamento assimétrico coleta-despesa, com o poder disciplinar haverá uma apropriação total e exaustiva do corpo, dos gestos, do tempo e do comportamento do indivíduo. Um bom exemplo é o exército: formado nos momentos de guerra – sobretudo pelos considerados vagabundos –, com o advento da disciplina militar passa a possuir soldados continuamente ocupados, inclusive nos tempos de paz.

A disciplina militar começa a ser o confisco geral do corpo, do tempo, da vida; não é mais uma coleta com base na atividade do indivíduo, é uma ocupação do seu corpo, da sua vida e do seu tempo. Todo sistema disciplinar, creio, tende a ser uma ocupação do tempo, da vida e do corpo do indivíduo. (FOUCAULT, 2012, p. 58)

Até então os exercícios militares tinham a finalidade estrita de condicionamento para que o indivíduo pudesse mostrar ter condições de garantir seu estatuto de cavaleiro. A partir do século XVIII o exercício corporal surge como um adestramento do corpo, da habilidade, da marcha, da resistência, dos movimentos elementares, segundo uma escala gradual. É nesse sentido que o poder disciplinar implica um procedimento de controle contínuo e aponta um estado terminal, futuro ou ótimo. A escrita também tem um papel

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

importante para a efetivação desse controle, pois garante a notação e o registro de tudo que o indivíduo faz (ou diz), de modo a transmitir a informação de baixo para cima, segundo uma escala hierárquica – e isso ocorre não apenas no exército. A escrita passa a ser utilizada nas escolas, nos centros de aprendizagem, no sistema policial e judiciário. Os corpos, os comportamentos, os discursos das pessoas são pouco a pouco investidos por um tecido de escrita que os registra, codifica, centraliza e os transmite. “A visibilidade do corpo e a permanência da escrita andam juntas e tem evidentemente por efeito o que poderíamos chamar de individualização esquemática e centralizada” (FOUCAULT, 2012, p. 61).

Uma característica importante a ser destacada do poder disciplinar é a **distribuição dos indivíduos** dentro do espaço, que será realizada nas escolas, fábricas, hospitais e prisões por meio de técnicas como a clausura e a fila. A clausura estabelece a organização dentro de um espaço físico específico, distinto de outros. É nesse contexto que muitos colégios assumem o modelo do convento: o internato como regime de educação. Os aparelhos disciplinares trabalham o espaço também por meio do princípio do quadriculamento (ou da localização imediata) – uma maneira fina e flexível de trabalhar o espaço. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”, de maneira a evitar as distribuições por grupos, a organização coletiva, propiciar a criação de um “espaço útil” e possibilitar uma vigilância não apenas do comportamento de cada um, mas da dinâmica e rotina da instituição (as entradas e saídas, o cumprimento das atividades escolares, assim como evitar fugas, evasão escolar etc.).

Nas escolas, o espaço físico é organizado em diferentes salas, cada qual destinada a determinado tipo de atividade. Além disso, cada aluno deve possuir uma ficha de matrícula, na qual devem constar tanto sua entrada quanto seu desempenho escolar – detalhes que buscam localizar o aluno e toda sua trajetória na instituição.

As filas (e fileiras) permitem a individualização dos corpos de maneira organizada e homogênea. A separação por gênero (meninos/meninas) e altura (ordem crescente) facilita ainda mais o seu controle.

Outra característica do poder disciplinar é a questão do controle da atividade. Estabelece-se uma divisão rígida e minuciosa do horário, no intuito de maximizar a qualidade do tempo empregado e construir um tempo integralmente útil e sem desperdícios. “O

tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2006, p. 129).

Foucault (2012) rechaça a ideia de uma suposta origem dessa anatomia política que se apresenta como poder disciplinar. Não há um evento, um ponto, ou um marco que supostamente criou uma clivagem a partir da qual sai de cena o poder soberano e passa a operar o poder disciplinar. O que há é uma:

[...] multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. (FOUCAULT, 2012, p. 119)

Os dispositivos disciplinares não ascenderam de maneira abrupta na sociedade, rompendo de uma vez com o poder de soberania. Por muito tempo eles se ancoraram nos dispositivos de soberania e apenas com o tempo se disseminaram na sociedade em alguns redutos, como nas comunidades religiosas (reconhecidas ou não pela Igreja), ostentando um duplo papel até o século XVI: crítico de oposição e de inovação.

A Ordem Beneditina é um bom exemplo dessa transformação. Parasitada pelo sistema feudal em sua existência, economia, hierarquias internas e transformada em um dispositivo de soberania, com a reforma cisterciense os beneditinos retomaram a ordem disciplinar baseada em: regra de pobreza; obrigação do trabalho manual e plena ocupação de tempo; desaparecimento de posses pessoais; regra de obediência interna; e fortalecimento de hierarquia interna. Isso permitiu o surgimento de inovações econômicas ligadas à prática disciplinar (com sistema de registros, contabilidade etc.) e repercutiu, inclusive, na ordem política da Idade Média como instrumento de rompimento em relação aos centralismos de soberania da sociedade feudal. Além disso, houve inovações sociais com o surgimento de grupos comunitários relativamente igualitários contra as hierarquias, como os monges mendicantes.

Ou seja, o poder disciplinar já existia no interior das comunidades religiosas na Idade Média. Em um segundo momento, ele se desloca para algumas comunidades laicas que se desenvolveram no período pré-reforma dos séculos XIV e XV. Esse foi o caso da comunidade fundada em 1383, na Holanda, chamada Irmãos da Vida Comum. Seus integrantes definiram métodos disciplinares em relação à vida cotidiana e à pedagogia a partir de técnicas e exercícios ascéticos da tradição do exercício religioso.

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

A partir do século XVI se inicia uma expansão desse poder, de alguns pontos de apoio (aplicação e extensão do sistema disciplinar), que nos séculos seguintes prosseguirá de maneira mais forte, para o restante da sociedade, de maneira a constituir rudimentarmente a sociedade disciplinar.

A disciplinarização da juventude foi um desses primeiros pontos, protagonizada justamente por meio da comunidade Irmãos da Vida Comum. Sua matriz do primeiro modelo de colonização pedagógica da juventude era calcada no princípio da evolução progressiva do indivíduo – trabalho ascético do indivíduo sobre si mesmo – até o ponto de salvação. Esboçam-se aí os grandes esquemas da pedagogia, como:

[...] a ideia de que só se podem aprender as coisas passando por certo número de etapas obrigatórias e necessárias, que essas etapas se seguem no tempo, e no mesmo movimento que as conduz através do tempo, marcam tantos progressos quantas as etapas. A conjunção tempo-progresso é característica do exercício ascético e também vai ser característica da prática pedagógica. (FOUCAULT, 2012, p. 84)

As escolas dessa comunidade passam a ser divididas por idades e níveis, com programas de exercícios progressivos. Surge também a regra de clausura, na qual o aluno precisa ficar num lugar fechado sobre si mesmo, com o mínimo de relações com o exterior, para que se possa de fato efetivar o exercício pedagógico – na verdade, um princípio ascético que é transportado para a pedagogia. Há também a ideia de guia sendo implantada na pedagogia nesse momento: a necessidade de alguém assumir a responsabilidade pela direção do aluno em sua carreira, ou pelo menos até certa etapa, para que então esta responsabilidade seja repassada a outro guia. Paulatinamente, essas técnicas vão se difundindo e penetrando em toda a sociedade nos séculos seguintes, tornando-se, no século XIX, essa forma geral de contato sináptico poder político-corpo individual.

Educação e Poder disciplinar: aprendizagem e prática pedagógica

Segundo Foucault, nos séculos XVI e XVII a aprendizagem corporativa funcionava da seguinte maneira: o aprendiz entrava para a oficina de um mestre e, mediante o pagamento de uma determinada quantia financeira, obtinha em troca a transmissão total do seu saber. A partir disso, o aprendiz teria que realizar todos os serviços que o mestre lhe ordenasse. A única forma de controle que vigorava acontecia ao final desse processo de aprendizagem, quando o aprendiz tinha a obrigação de submeter uma obra aos responsáveis pela respectiva corporação de ofício na cidade.

A partir da segunda metade do século XVII surgem instituições completamente diferentes, como a escola profissional de desenho e tapeçaria dos Gobelins, nas quais a aprendizagem passa a ocorrer de maneira distinta. Separavam-se os alunos por faixas etárias e lhes eram conferidos tipos distintos de trabalho, que deveriam ser realizados na presença de professores e/ou de pessoas que os vigiassem. Além de vigiar, deveriam registrar os comportamentos, assiduidade e zelo dos alunos. Esses registros eram encaminhados ao respectivo diretor da manufatura dos Gobelins e ao ministério Casa Real via relatório sobre a qualidade e capacidades do trabalho, assim como informações sobre a viabilidade de considerar (ou não) esse aluno um mestre. “Vocês têm aí um investimento pela escrita, a codificação, a transferência, a centralização, em suma, a constituição de uma individualidade esquemática e centralizada” (FOUCAULT, 2012, p. 62).

Com essa perspectiva formativa de operários instaura-se uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil. Além de analisar os espaços (decomposição e recomposição de suas atividades), as disciplinas atuarão como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo por meio de quatro processos presentes na organização militar:

1. *Dividir a duração em segmentos sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico* ou decompor o tempo em sequências separadas e ajustadas. Assim, isolam-se o tempo de formação teórica e o tempo da prática;
2. *Organizar essas sequências* segundo uma sucessão de elementos, da forma mais simples possível, combinando-os com vistas a uma complexidade crescente, para que se alcance um resultado com maior eficiência e docilidade;
3. *Findar essas sequências com uma prova* com a função de indicar um determinado nível que diga da conformidade de sua aprendizagem em relação aos demais, diferenciando também as capacidades de cada indivíduo;
4. *Estabelecer séries de séries:* prescrever a cada um, de acordo com seu nível, idade e função, exercícios específicos. Cada indivíduo estará sempre preso a uma série temporal que define seu nível ou categoria específica.

Com isso, impõe-se um tempo disciplinar (com séries múltiplas e progressivas) para a prática pedagógica:

[...] especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram as séries [...] Forma-se uma pedagogia analítica, muito minuciosa (decompõe até os

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

mais simples elementos a matéria de ensino, hierarquiza no maior número possível de graus cada fase do progresso) [...]. (FOUCAULT, 2012, p. 135)

Essa divisão, subdivisão e colocação em série de atividades sucessivas permitirá um investimento do poder na duração: um controle detalhado e uma intervenção pontual (diferenciando, corrigindo, castigando) a cada momento do tempo. “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização” (FOUCAULT, 2006, p. 136). As disciplinas produzem uma linearidade temporal e um tempo evolutivo.

Segundo Foucault, a ideia de historicidade evolutiva está intimamente ligada a esse novo modo de funcionamento de poder. Nesse sentido, não é de se estranhar a ideia de desenvolvimento humano, objeto da ciência psicológica, atrelada também a uma perspectiva evolutiva, talvez também decorrente desse poder disciplinar, já que “o pequeno *continuum* temporal da individualidade-gênese parece ser mesmo, como a individualidade-célula ou a individualidade-organismo, um efeito e um objeto da disciplina” (FOUCAULT, 2006, p. 136).

A diferença encontrada na disciplina das oficinas dos séculos XV e XVI para as do século XVIII é significativa. Antes, os contratos entre o patrão e operário delimitavam a necessidade de cumprimento de trabalho até determinada época, ou por meio de uma quantidade de dias de trabalho, agora a disciplina vai ser contínua e focada nas virtualidades do comportamento do operário. Os comportamentos passam a ser vigiados pelos próprios operários e seus atrasos, ausências, distrações serão devidamente punidos. Eis o caráter panóptico do poder disciplinar de agir antes mesmo de o comportamento ser efetivado.

[...] o poder disciplinar] organiza uma polaridade genética do tempo; ele procede a uma individualização centralizada que tem por suporte e por instrumento a escrita; enfim, ele implica uma ação punitiva e contínua sobre as virtualidades do comportamento que projeta atrás do próprio corpo uma psiquê. (FOUCAULT, 2012, p. 65)

No âmbito da educação, passa a ocorrer no ensino primário um ajustamento das cronologias e de adequação de tempos das pessoas, fazendo da escola “um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino” (FOUCAULT, 2006, p. 140).

[...] nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; [...] que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades. (FOUCAULT, 2006, p. 125)

O espaço escolar passa a ser organizado de determinada maneira (serial), que determina uma “nova economia do tempo de aprendizagem” (FOUCAULT, 2006, p. 126). A escola torna-se uma máquina de ensinar que vigia, hierarquiza e recompensa. É nesse contexto que surge algo como o débil mental:

O irredutível à disciplina escolar só pode existir em relação à disciplina; aquele que não aprende a ler e a escrever só pode aparecer como problema, como limite, a partir do momento em que a escola segue o esquema disciplinar. (FOUCAULT, 2012, p. 67)

Pelo mesmo raciocínio, o delinquente aparece a partir da disciplina policial, sendo que o doente mental será justamente o resíduo de todos os resíduos – que advêm de todas as disciplinas encontradas numa sociedade, seja ela escolar, militar ou policial. Servirão de justificativa para a criação de novos sistemas disciplinares suplementares para recuperar esses indivíduos. Daí o surgimento de escolas específicas para débeis mentais: escolas para os irredutíveis às escolas. Caberá ao poder disciplinar separar determinados indivíduos e, a um só tempo, atuar como normalizador, inventando novos sistemas recuperadores para (re)estabelecer a regra.

Faz-se interessante notar que os procedimentos de individualização que se esboçavam no topo do poder de soberania desaparecem no sistema disciplinar. Agora, o poder funcionará independentemente da pessoa – o que implicará uma forte individualização em sua base. Ao vincular a função-sujeito ao corpo, o poder disciplinar atuará de maneira individualizante, fabricando e distribuindo corpos sujeitados.

O poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função sujeito à singularidade somática por intermédio de um sistema de vigilância-escrita ou por um sistema de panoptismo pangráfico que projeta atrás de sua singularidade somática, como seu prolongamento ou como o seu começo, um núcleo de virtualidades, uma psique e que estabelece, além disso, a norma como princípio de divisão e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos. Portanto, vocês têm no poder disciplinar uma série constituída pela função-sujeito, a singularidade somática, o olhar constante, a escrita, o mecanismo da punição infinitesimal, a projeção da psique e, finalmente, a divisão normal-anormal. É tudo isso que constitui o indivíduo disciplinar; é tudo isso que ajusta enfim um ao outro a singularidade somática e um poder político. E o que devemos chamar de indivíduo é o efeito produzido, o resultado dessa vinculação, pelas técnicas que lhe indiquei, do poder político à individualidade somática. (FOUCAULT, 2012, p. 69)

Poder disciplinar, psicologia e medicalização

Em “Childhood and education: between medicalization and subjectivation processes in school” destacamos que, ao investigar a prática psiquiátrica, Michel Foucault constatou que a difusão do poder psiquiátrico (disciplinar) – para além dos hospitais psiquiátricos - ocorreu a partir da psiquiatrização da infância no século XIX. Ou seja, a partir do par hospital-escola e do sistema de aprendizagem. “...normal é o termo pelo qual o século XIX vai designar o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica.” (FOUCAULT, 2006, p.256).

Durante muito tempo os dispositivos disciplinares se ancoraram no poder de soberania. Com a assunção da sociedade disciplinar, perduraram diferentes formas de exercício do poder de soberania, como a instituição familiar (que, aliás, se mostra fundamental para o próprio sistema disciplinar). O asilo, por exemplo, inicialmente funcionou fundamentalmente com base no poder disciplinar. Contudo, entre 1860 e 1880 a família torna-se referência para o funcionamento da disciplina psiquiátrica.

A família é importante para o sistema disciplinar, pois representa um ponto de engate e articulação para o funcionamento dos sistemas disciplinares. Enquanto instância de coerção que fixa, ela insere os indivíduos constantemente nos aparelhos disciplinares, como no que diz respeito à obrigação escolar, militar e do trabalho. A família também articula a passagem de um sistema/dispositivo disciplinar a outro, pois vincula os indivíduos aos sistemas disciplinares e os circula pelos demais sistemas.

Com o tempo, a soberania familiar passa a assumir uma fisionomia disciplinar. O olhar familiar se transforma em um olhar psiquiátrico, psicológico e psicopatológico, na medida em que ela assume esse lugar de vigilância sobre o comportamento da criança. Ela passa a decidir sobre sua normalidade/anormalidade, sexualidade, o controle de seus gestos, a maneira de se comportar, ou seja, passa a ocorrer um processo de psicologização da criança dentro da família. Os próprios aparelhos de controle do asilo – como amarrar as mãos, sustentar a cabeça, manter a postura ereta, entre outros – passam a ser incorporados pela família; uma disciplinarização que é deslocada para o seu interior.

A partir desse momento, quando a família começa a se deteriorar e não desempenhar mais sua função de soberania, surge uma série de instituições (substitutos disciplinares da família) para amenizar esse efeito, como as casas para crianças, os orfanatos e as casas para jovens delinquentes para o que se chamou de “infância em perigo”. Dessa

maneira, constitui-se um aparato de assistência social, um tecido disciplinar, com o objetivo de substituir e/ou reconstituir a família. É importante destacar que, a despeito de funcionarem com base disciplinar, essas instituições fazem sempre referência à família e procuram cumprir em parte essa função necessária da soberania familiar em relação aos mecanismos disciplinares.

É nesse contexto de organização dos substitutos disciplinares da família que surge a função-psi: função psiquiátrica, psicopatológica, psicossociológica, psicocriminológica, psicanalítica etc. Essa função não se refere apenas ao discurso, mas à instituição e ao próprio indivíduo psicológico. A função dos psicólogos, psicoterapeutas, psicanalistas, criminologistas será, então, atuar como “agentes da organização de um dispositivo disciplinar que vai se ligar, se precipitar onde se produz um hiato na soberania familiar” (FOUCAULT, 2012, p. 106).

Historicamente, a função-psi nasce na psiquiatria do início do século XIX, pois na medida em que o indivíduo escapa da soberania familiar é que é internado em um hospital psiquiátrico, para que assim possa ser adestrado para a aprendizagem de uma disciplina: a psiquiatria cumprirá um papel de refamiliarização do indivíduo. Aos poucos, a função-psi se estende aos demais sistemas disciplinares, como a escola, o exército, a oficina, para cumprir este papel da disciplina para os indisciplináveis.

No início do século XX a função-psi torna-se discurso e controle de todos os sistemas disciplinares. “Essa função-psi foi o discurso e a instituição de todos os esquemas de individualização, de normalização, de sujeição dos indivíduos no interior dos sistemas disciplinares” (FOUCAULT, 2012, p. 106). Daí a finalidade da psicopedagogia em relação à disciplina escolar, da psicologia do trabalho em relação à disciplina da oficina, da criminologia em relação à disciplina da prisão, e da psicopatologia em relação à disciplina psiquiátrica e asilar: cumprir essa função-psi. Esses são campos de conhecimento dos dispositivos disciplinares que remetem e elaboram uma teoria da verdade com base na família – ou melhor, na soberania familiar.

A psicologia como instituição, como corpo do indivíduo, como discurso é o que, perpetuamente, vai de um lado controlar os dispositivos disciplinares e remeter, de outro, à soberania familiar como instância de verdade a partir da qual será possível descrever, definir todos os processos, positivos ou negativos, que se dão nos dispositivos disciplinares. (FOUCAULT, 2012, p. 107)

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

Foucault caracterizou como microfísica do poder psiquiátrico aquele jogo entre o corpo do médico e o louco que “o domina, que o sobrepuja e o absorve” (FOUCAULT, 2012, p. 236). Enquanto tática de sujeição de corpos em uma física do poder de intensificação da realidade e constituição de indivíduos, o poder psiquiátrico se disseminou para o restante da sociedade. Encontrá-la-emos, portanto, sob a forma de funções-psi em diversos espaços com esse mesmo sentido de intensificação do real: fazer a realidade funcionar como poder. Passaremos a constatar a presença de psicólogos em escolas, usinas, prisões, exércitos, intervindo de maneira a fazer a realidade funcionar como poder que se exerce dentro dessas instituições.

A escola, por exemplo, necessita do psicólogo quando é preciso fazer valer como realidade um saber que é dado, distribuído na escola e que pára de se apresentar como real efetivamente àqueles que é proposto. O psicólogo tem de intervir na escola quando o poder que se exerce na escola deixa de ser um poder real, torna-se um poder ao mesmo tempo um poder mítico e frágil e quando, por conseguinte, é necessário intensificar sua realidade. É nessa dupla condição que a psicologia escolar é necessária, a psicologia escolar que faz aparecer as aptidões diferenciais dos indivíduos a partir das quais o indivíduo se encontra situado no campo do saber em certo nível, como se fosse um campo real, como se fosse um campo que tivesse em si seu poder de coerção, já que, lá onde está definido pela instituição escolar, lá se deve continuar. Assim, o saber funciona como poder e esse poder do saber se apresenta como realidade no interior do qual o indivíduo se encontra situado. E, ao fim da manipulação da psicologia escolar, o indivíduo se encontra efetivamente portador de uma realidade que vai então aparecer dupla: realidade de suas aptidões, de um lado, realidade dos conteúdos de saber que ele é capaz de adquirir, de outro. E é no ponto de articulação dessas duas “realidades” definidas pela psicologia escolar que o indivíduo vai aparecer como indivíduo. (FOUCAULT, 2012, p. 237)

Considerações finais

Como mencionado anteriormente a medicalização da educação da educação não se restringe à questões medicamentosas. Nesse sentido, as investigações teóricas de Michel Foucault acerca da analítica do poder nos trazem elementos importantes para a compreensão desse processo no campo da educação.

Com a emergência do poder disciplinar, ainda na Idade Média, em comunidades religiosas e seus deslocamentos, comunidades laicas passam a definir, por exemplo, métodos disciplinares em relação à vida cotidiana e à pedagogia a partir de técnicas e exercícios ascéticos. Sua disseminação a partir do século XVI implicará na constituição do que o autor chamou de sociedade disciplinar e vai encontrar nas escolas um dos espaços para sua difusão.

O surgimento de instituições como a escola profissional de desenho e tapeçaria dos Gobelins na metade do século XVII colocam modos outros da aprendizagem ocorrer com a separação dos alunos por faixas etárias e modalidades de trabalho instaurando uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil que, em grande medida, perdura até hoje.

De outro lado, a Psicologia em geral contribuiu (e contribui) sobremaneira para esse processo (relação poder - saber) de homogeneização das formas de compreensão de desenvolvimento e aprendizagem, em grande medida, em sintonia do ajustamento das cronologias e de adequação de tempos das pessoas nas escolas, assim como de fazer a realidade funcionar como poder.

Em um contexto de organização do espaço escolar serializado que determina o que Foucault denominou como nova economia do tempo de aprendizagem vigia-se, hierarquiza-se, recompensa-se caberá também à psicologia um papel importante no alisamento das diferenças, estigmatização das crianças e potencialização dos processos de medicalização no campo da educação.

Nesse sentido, a medicalização da educação deve ser pensada não a partir de uma origem, mas de um emaranhado de estratégias, dispositivos e organizações de espaço e tempo que vem a produzir corpos obedientes e úteis desarticulando o que venha a contrariar a ordem.

Referências

CHRISTOFOLETTI, R. **Psicologia, Formas de Governo e Formação: narrativas e(m) travessias**. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 2017.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **O Poder Psiquiátrico**. Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Poder, aprendizagem e prática pedagógica: algumas considerações acerca da medicalização da educação

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEITE, C. D. P.; CHRISTOFOLETTI, R. Childhood and education: between medicalization and subjectivation processes in school. **Foro de Educación**, 16(24), 113- 123, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.583>.

Sobre os autores:

Rafael Christofolletti

Possui graduação em Psicologia, Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual (UNESP). É Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail: rafael.c@unir.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2752-8596>

César Donizetti Pereira Leite

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-Doutorado pela FLACSO Argentina e Universidade Complutense de Madrid e Livre Docência pela UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: cesar@rc.unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8889-750X>

Recebido em: 29/11/2020

Aceito para publicação em: 01/12/2020